



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

A CIDADE CAPITALISTA E O PROGRESSO GENTRIFICADOR: O PROCESSO DE REMODELAÇÃO DO ANHANGABAÚ (1877-1917)

THE CAPITALIST CITY AND THE GENTRIFICATION PROGRESS: THE REMODELATION PROCESS IN ANHANGABAÚ (1877-1917)

Rafael Carlos de Lima Oliveira
Universidade de São Paulo
rafael.carlos.oliveira@usp.br

Resumo

O artigo visa discutir de que maneira os processos de urbanização em curso na São Paulo da virada do séc. XIX - XX podem ser entendidos como processos gentrificadores, e de que modo teriam sido utilizados para engendrar discursos higienistas sobre regiões centrais específicas da cidade - pobres, encortiçadas, de meretrício e comércio simples. Nessas regiões, que constituíam um campo imobiliário fértil para a expansão e remodelação da cidade, existia uma preocupação moralizante da elite (principalmente no que tange a questão do meretrício) e um projeto de cidade espacialmente incompatível com as camadas baixas. Dentro desse espectro, eleger-se como foco o processo de remodelação do Anhangabaú, iniciado com o anúncio do projeto de construção do primeiro Viaduto do Chá (1877) até a finalização das obras do Parque Anhangabaú (1917).

Palavras-chave

São Paulo. Urbanização. Anhangabaú. Viaduto do Chá. Gentrificação.

Abstract

The article aims to discuss how the processes of urbanization underway in São Paulo at the turn of the 20th century. XIX - XX can be understood as gentrifying processes, and in what way they would have been used to generate hygienist discourses about specific central regions of the city - poor, with slums, prostitution and modest trade. In these regions, which constituted a fertile real estate field for the expansion and remodeling of the city, there was a moralizing preoccupation of the elite (especially regarding the issue of prostitution) and a city project spatially incompatible with the lower classes. Considering this spectrum, it was elected the Anhangabaú remodeling process, which began with the announcement of the construction of the first Viaduto do Chá (1877) and was completed with the works of Anhangabaú (1917).

Keywords

Sao Paulo. Urbanization. Anhangabaú. Viaduto do Chá. Gentrification.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

1. Introdução

Entende-se como gentrificação (termo proveniente do inglês *gentrification*, derivação de *gentry* e do francês arcaico *genterise*) o aburguesamento de uma região em decorrência da sua reestruturação urbana, onde as dinâmicas de composição local são afetadas, gerando uma valorização e, conseqüentemente, a impossibilidade dos antigos moradores de permanecerem na região. O termo foi empregado pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass em seu livro *London: aspects of changes*, de 1964 (GLASS, 1964), ganhando força apenas com a publicação do ensaio do geógrafo britânico Neil Smith, *The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city*, de 1996 (SMITH, 1996), para quem o processo ocorria nos EUA antes mesmo de Glass estudar o caso inglês. Desde então, diversos estudos¹ foram desenvolvidos ramificando o uso do conceito e aglutinando os resultados entre correntes duais, como a definição do processo entre positivo/negativo e suas motivações entre de cunho capital/cultural.

¹ Dentre esses estudos, destacam-se o de Richard Sennett (SENNETT, 1998) em sua defesa dos usos públicos da cidade, contra um individualismo social que teria transformado os espaços públicos de um lugar de sociabilidade para locais de passagem, descaracterizando seu sentido; o de Neil Smith (SMITH, 2007) ao retomar o seu trabalho de 1996 e explicar gentrificação sob a ótica do desenvolvimento desigual de uma economia capitalista; o de Alain Bourdin (BOURDIN, 2008) especialmente pela idéia de desconstrução do uso do termo gentrificação e pela dissociação entre a evolução da oferta urbana nas cidades, as transformações sociais e o uso das cidades; o de David Harvey (HARVEY, 1992 e 2003) tendo o primeiro discutido a construção da modernidade e do modernismo e o segundo se tornado uma obra de referência para desconstruir a idéia de modernidade sob a qual se constituiu a Paris de Haussmann, sendo a obra base de comparação desta análise para se perceber um processo de gentrificação no Anhangabaú; dentre vários outros. Sobre os estudos de caso brasileiros, destaca-se o de Silvana Rubino (RUBINO, 2005).

² “Chris Hamnett (1994b) argumentou que tanto os argumentos de cultura quanto de capital são particularmente referências e pontos para a expansão da ocupação de setores profissionais em cidades-chave, em que a gentrificação é uma manifestação residencial. Loretta Lees (2000) sugere que o complexo geográfico da gentrificação significa que tanto as explicações de cultura e capital tem uma parte no jogo. Mais recentemente houveram algumas tentativas de reconciliar os argumentos de cultura e capital utilizando o trabalho de Pierre Bourdieu para olhar a gentrificação como uma manifestação de um capital cultural (Butler 2003; Butler and Robson 2001; Bidge 2001^a, 2001b)”. (ATKINSON; BRIDGE, 2005, p. 6. Tradução nossa.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

Dentro dessa última, Atkinson e Bridge (ATKINSON; BRIDGE, 2005) realizaram um significativo apanhado entre autores que procuraram englobar ambos os fatores, capital e cultura, para explicar a gentrificação². Ainda sim, apontam que, apesar dos movimentos de descrição-explicação e estudos de caso, o quadro geral aponta mais teoria e menos observação que não consegue conectar ambos os fatores de forma satisfatória e encontrar uma resposta política pragmática para a gentrificação. É desses mesmos autores a ideia de gentrificação como um neocolonialismo onde, “no nível do bairro, os residentes pobres e vulneráveis experimentam gentrificação como um processo de colonização pelas classes mais privilegiadas” (ATKINSON; BRIDGE, 2005, p. 2-3). Esse fenômeno, por sua vez, estaria ligado no caso das cidades latino-americanas a um passado colonial, em que o advento da modernização fez com que as elites se encontrassem no centro de uma disputa para manter seu status e poder dentro dos novos arranjos sociais que se configuravam com o fim da colonização.

Nessa chave, a virada do séc. XIX - XX foi marcada por uma intensa transformação urbana na cidade de São Paulo. Era o momento em que a cidade, até então colonial, se modernizava. As casinhas fotografadas por Militão Augusto de Azevedo em seu *Álbum comparativo de vistas da cidade de São Paulo* não condiziam mais com a cidade que se edificava, e precisavam ceder espaço para o novo. O centro velho e o triângulo histórico não mais comportavam o crescimento dos habitantes, e a necessidade de transpor a colina histórica se fazia presente. Era o momento de se aproximar dos grandes centros mundiais, de adotar uma arquitetura eclética que expressasse o desenvolvimento pelo qual a capital passava. Em suma, era hora de fazer jus ao discurso que se propagava pelas ruas: *São Paulo Progride*³.

Esse progresso, contudo, era restrito. O processo de urbanização em curso nunca teve como objetivo realizar uma expansão democrática e, tendo os bens de raiz se transformado no principal investimento econômico do período, a tendência era de uma ainda maior concentração de riqueza e imóveis nas mãos das classes altas (DIAS, 2005).

³ O termo faz referência a fotografia de Aurélio Becherini, *Largo do ouvidor e a rua Quintino Bocaiuva em direção a rua Direita*, de 1906, onde é possível observar uma faixa pendurada no prédio vizinho a Livraria do Globo em que se lê *São Paulo Progride* (BECHERINI, 2009).



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

Dessa forma, se por um lado podemos encontrar essa nova cidade – facilmente representada em sua arquitetura – nas quatro séries de cartões postais produzidas pelo fotógrafo Guilherme Gaensly até meados de 1921⁴ uma análise minuciosa das imagens tomadas nos logradouros centrais denunciaria que grande parte dos seus transeuntes não acompanhava essa modernização⁵, sendo possível encontrar indivíduos descalços, ambulantes, vendedores de animais dentre outros tipos sociais incompatíveis com o novo projeto de cidade que se gestava aos poucos (FREHSE, 2011). Esses também poderiam ser vistos nas fotografias do fotógrafo italiano Vincenzo Pastore das ruas da Esperança, Largo da Sé e Rua da Direita, e habitavam os cortiços que se espalhavam pela cidade, assim como as casas térreas de porta de janela, quartos individuais para locação e uma série de imóveis populares predominantes no tecido urbano bem distintos dos sobrados e palacetes ligado as elites (OLIVEIRA, 2005) e que seriam demolidos para se construir a cidade burguesa no início do séc. XX.

Nesse prospecto, o Vale do Anhangabaú figurava como local privilegiado para a expansão e representação da florescente cidade burguesa em contraposição ao do Tamanduateí cujo bairro vizinho, o Brás, operário e pobre, não permitiria comunicar a ideia de modernidade, refino e seletividade desejada. Mas, para tanto, era necessário manter uma uniformidade visual do Vale, com o aprimoramento da paisagem e o descarte de poluentes visuais, dentre eles o “pobre” (OLIVEIRA, 2005). O Morro do Chá em fins do séc. XIX, contudo, longe da imagem de um bairro desejado era tido como insalubre, perigoso, cheio de lama, com falta de luz e ausência de polícia, como se fazia saber uma reclamação publicada no jornal *A província de São Paulo* em 22 de abril de 1876.

⁴ Toma-se como base a relação de quatro séries fotográficas descritas por Rubens Fernandes Junior. São elas: *Lembranças de São Paulo* ([Gaensly & Lindemann, São Paulo] [G. Gaensly]), *Série Iª* ([Guilh. Gaensly]), *Série A nº* - ([Guilherme Gaensly, S. Paulo]), *Série B nº* - ([Guilherme Gaensly, S. Paulo]) (GAENSLY, 2011).

⁵ A ideia de modernidade como uma ruptura radical com o passado ou, em outras palavras, um processo de *creative destruction* – termo cunhado por Joseph Schumpeter em seu livro *Capitalism, Socialism and Democracy* (SHUMPETER, 1942) – já foi abordado, dentre outros autores, por David Harvey ao pensar a construção da modernidade parisiense em seu livro “Paris capital da modernidade” (HARVEY, 2015) para quem essa ideia se configura como um mito uma vez que é impossível conseguir mudanças sem que elas já estejam latentes no seio da sociedade e, logo, como pontua Saint-Simon e posteriormente Marx, a ideia de uma modernização em contraposição a uma modernidade ganha mais sentido.

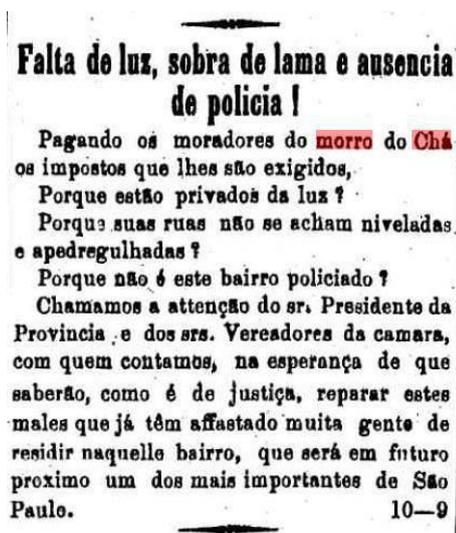


Figura 01 – Matéria publicada no jornal *A província de São Paulo* em 22 de abril de 1876 referente ao Morro do Chá.

Fonte: *A província de São Paulo*. 24-08-1877 - PÁGINA 2 - EDIÇÃO NACIONAL.

A reclamação, se por um lado figurava como um apoio aos moradores, cobrando providências do Presidente da Província e dos Vereadores da Câmara para com a situação do bairro – que indicavam ser num futuro próximo um dos mais importantes de São Paulo – contrastava diretamente com a posição adotada pela Municipalidade e pela Câmara. Longe de pensar em melhorias para os antigos moradores, os discursos circundantes já apontavam um interesse capitalista sobre a cidade e, principalmente, sobre seus espaços. Tal lógica poderia ser facilmente percebida nos Relatórios do Presidente de Província, como é o caso do relatório de 14 de fevereiro de 1875, a saber:

A população tem crescido extraordinariamente na Capital durante o anno precedente. **Os alugueis dos prédios de todas as classes subirão, como signaes da raridade ou de insufficiencia; as novas construções se multiplicão [...]** Deixando, pois, de parte todas as vantagens conquistadas em favor da **salubridade, do gozo social, e até da ordem pública e da amenidade dos costumes**, com os melhoramentos e distrações innocentes, que afastão os homens dos *jogos, da embriaguez, das associações de maledicencia* para o gozo de mais suaves interesses, ainda assim as mesmas leis econômicas sancionam **os benefícios feitos a uma Cidade, cuja grandeza deve ser para o estrangeiro o thermometro dos progressos da Província.**⁶

Entender como essas ideias se materializaram no Anhangabaú, contudo, perpassa uma análise profunda de quem eram seus antigos moradores e como estava constituída sua ocupação urbana para, a partir disso, matizar os discursos gentrificadores que se construíram ao seu redor e como foram assimilados.

2. O morro do Chá e seus primeiros moradores

Para entender a ocupação espacial do Anhangabaú, adota-se aqui a análise de fontes em três eixos: fotográfico, arquitetônico e escolar. No primeiro eixo, escolhemos a fotografia de Frédéric Manuel, *Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá*, datada de 1906 e parte do acervo da Biblioteca Nacional. A fotografia de Manuel retrata a região do Vale após a construção do primeiro viaduto, mas ainda no período anterior a demolição das casas para a remodelação e até mesmo da construção do Theatro Municipal. A fotografia foi tirada provavelmente no quarteirão onde hoje se encontra o Theatro ou no quarteirão ao lado, onde atualmente se encontra o Centro Cultural Correios, de cima para baixo. Em primeiro plano têm-se as casas do lado par da rua Formosa. No plano intermediário, à direita, a região onde cinco anos depois seria construído o Theatro Municipal e, logo abaixo, seus jardins. Ao centro, a rua Formosa, tendo ao fundo o primeiro Viaduto do Chá, ainda em ferro armado. A direita, as casas da rua Nova de São José (futura Líbero Badaró). No plano mais ao fundo, vista para a cidade sentido Largo da Memória.



Figura 02: Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá. Frédéric Manuel, 1906.

Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/4202>. Acesso em 25/09/2016.

⁶Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo exm. sr. dr. João Theodoro Xavier, presidente da província, no dia 14 de fevereiro de 1875. S. Paulo, Typ. do "Diário," 1875. p. 38-39. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1016/000036.html>. Acesso em 16/05/2016. Grifo nosso.



Figura 03: *Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá, dividida em três planos de análise.*

Primeiramente, começaremos analisando o plano intermediário, mais precisamente as casas da rua Nova de São José, lado ímpar, sendo possível algumas conclusões: O fundo das casas, dando para a descida do Vale em direção ao ribeirão Anhangabaú, ficam sobre o Morro do Chá sem qualquer tratamento paisagístico ou ajardinamento; algumas aparentam serem velhas, parcialmente concluídas, com paredes extremamente manchadas dando a entender certo abandono em sua conservação; além disso, em algumas nota-se a ausência de pintura, roupas expostas ao sol nas janelas e muros de separação mal construídos. Essa primeira análise da fotografia põe em xeque a possibilidade de que as casas do Vale pudessem ser de alto padrão, uma vez que suas tipologias dificilmente seriam condizentes com os solares das elites paulistas. O contraste com os vizinhos “melhor aparentados” ajudam a referendar as suspeitas.



Figura 04: Recorte da fotografia *Vista parcial da cidade*, vê-se o *Viaduto do Chá*, com destaque para o plano intermediário, onde é possível ver mais precisamente o fundo das casas da rua Nova de São José.



Figura 05: Ibidem figura 04, com destaque para o novo sobrado do Barão de Tatuí e para o primeiro Viaduto do Chá ao fundo.

Seguindo ainda no plano intermediário, do outro lado do ribeirão Anhangabaú, temos as casas da rua Formosa (figura 06), lado ímpar. A análise da tipologia das casas pode ser melhor realizada quando auxiliada por outra fotografia (figuras 07), parte do Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, de autor desconhecido, que retrata a mesma rua em um ângulo diferente. É possível ver casas simples, térreas, de porta e janela e sem adornos. À primeira vista, vão ao encontro da descrição feita pela historiadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira em seu livro *Entre a casa e o armazém* quando esta explora as formas de morar das classes médias, a saber:

Vimos nos inventários da década de 1880 a predominância das casas térreas: de porta e janela, de porta e duas ou três janelas, de parede de mão, com ou sem quintal. Já começam a aparecer as casas de tijolos, os quintais fechados por muros de tijolos e, de vez em quando, um poço com bomba. (OLIVEIRA, 2005, p. 351).



Figura 06: Recorte da fotografia *Vista parcial da cidade*, vê-se o *Viaduto do Chá*, com destaque para o plano intermediário, onde é possível ver mais precisamente a parte frontal das casas da rua Formosa.



Figura 07: Fotografia da rua Formosa, tendo o fotógrafo se posicionado dos jardins do Theatro Municipal, destacando em primeiro plano a frente das casas. Fotógrafo desconhecido, 1911.

Fonte: <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirItemAcer vo.aspx?id=459938>. Acesso em 26/09/2016.

As fotografias referendam a hipótese da existência, se não de uma classe pobre, de uma classe intermediária habitando a região. Temos a confirmação final ao analisar o primeiro plano da fotografia (figura 08), mais especificamente as casas do lado par da rua formosa. Apesar de aparentar possuir uma fachada ampla, a parte interior da casa em primeiro plano demonstra uma construção irregular, marcada pelo que aparenta ser casinhas menores que dividem o mesmo lote com a casa maior, que possui frente para a rua.



Figura 08: Recorte da fotografia *Vista parcial da cidade*, vê-se o *Viaduto do Chá*, com destaque para o primeiro plano, onde é possível ver mais precisamente a parte traseira das casas da rua Formosa, lado par.

As casas aparentam má conservação, construção simples, sendo térreas de porta e janela, com pinturas descascando e algumas delas separadas por um muro da casa central. Com maior foco (figura 09), é possível ver que se tratam de casas diferentes por estarem numeradas de 2 a 6, sendo a número 1 provavelmente a casa central, com saída para a rua. Nas casas do outro lado do muro (figura 10), grande quantidade de roupas postas para secar, entulhos espalhados pelo chão e a frase "Orazi Pintor En..." escrito em uma das casas, sugestionando a profissão de seu morador. Nesse ponto, cogitamos a existência de um cortiço ou, de outro modo, a exata descrição visual das casas "de porta e janela" apontadas por Maria Luiza, tidas como as mais comuns de serem encontradas para alugar e costumeiramente procuradas por trabalhadores humildes.

Eram casas de porta e janela, de um lanço, da população mestiça e pobre. Carlos Lemos define esse tipo de planta como da casa popular, onde há a superposição das funções serviço e estar, ocupação doméstica e lazer, e se caracterizariam por se localizar nos arrabaldes e saídas da cidade; casas de porta e janela, de um lanço, da população mestiça e pobre. (OLIVEIRA, 2005, p. 358).



Figura 09: Recorte da fotografia *Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá*, com enfoque para a numeração das casas. Em destaque, as casas de número 5 e 6.



Figura 10: Recorte da fotografia *Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá*, com enfoque para as casas além muro. Em destaque, escrito em uma das casas "Orazi Pintor En...".

Tais suposições são melhor esclarecidas com a análise das plantas das referidas casas. Tendo isso em mente, escolheu-se apresentar duas plantas da rua Líbero Badaró (antiga Nova de São José) e uma da rua Formosa. A primeira planta provém do requerimento de Desiderio Itapler de 08 de janeiro de 1912 para a casa de nº 57 da rua Líbero Badaró. Sua estrutura interna não aparenta corresponder a uma casa de baixa renda: a larga planta é composta de dois andares, sendo um pavimento térreo sem distinção de cômodos e um segundo andar com

duas salas e sete quartos. Curiosamente não há referências a banheiros ou cozinha. Apesar da ausência de informações aprofundadas sobre detalhes internos, seu uso e moradores, acreditamos se tratar do que Maria Luiza denomina como casas intermediárias, pertencentes as camadas médias urbanas, a saber:

Como estágio de transição entre a simples casa térrea e o sobrado, destacam-se as casas térreas de dois ou três lanços. No exame dos documentos, o sobrado mostrou-se sempre bem mais valioso, e embora não fosse exclusividade da “elite”, possuí-lo já indicava uma diferenciação significativa [...] Em 1900, os sobrados também só aparecem nos grupos mais altos da estratificação social. (OLIVEIRA, 2005, p. 353.)

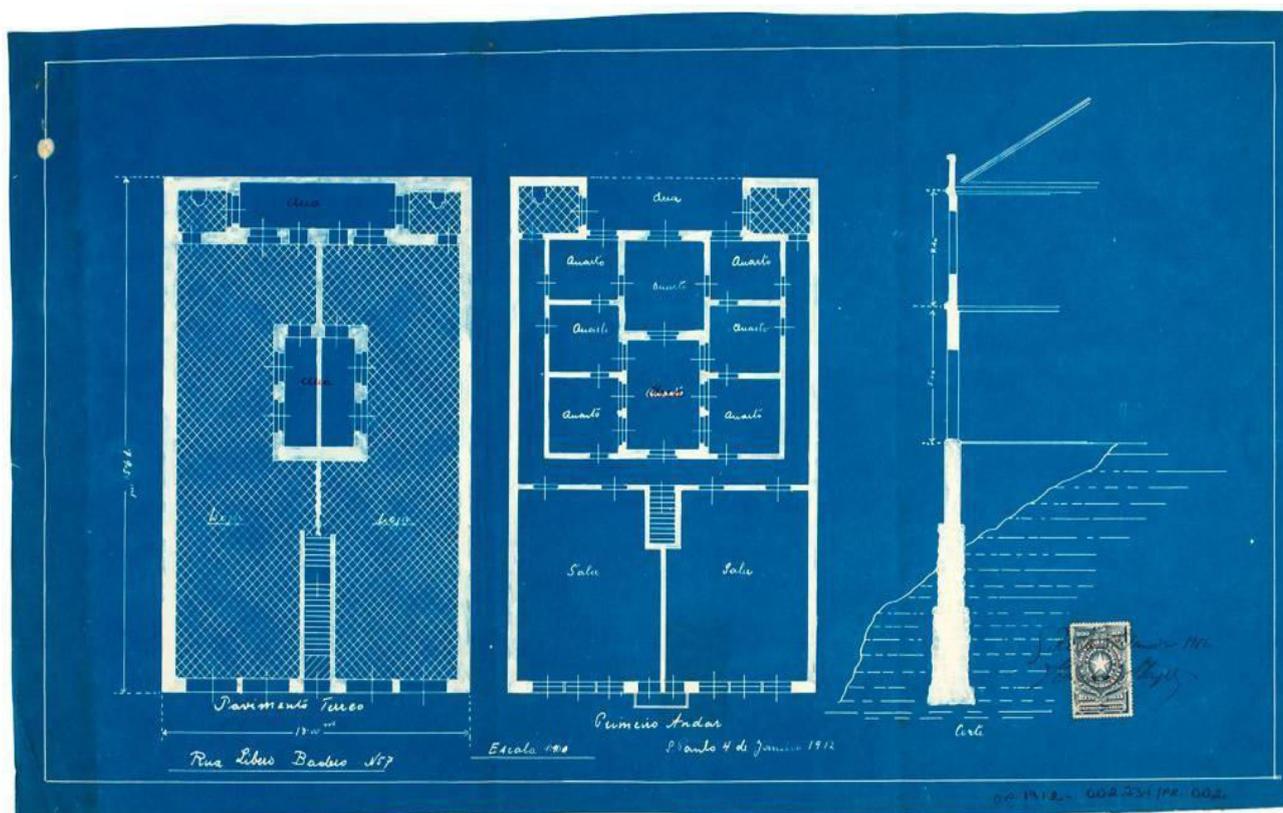


Figura 11.1: Planta da casa nº 57, no ano de 1912, de propriedade de Desidério Itapler.

Fonte: <http://www.projetosirca.com.br/sistema/verDtSite.php?coddesenho=26221>

Acesso em 10/10/2016.

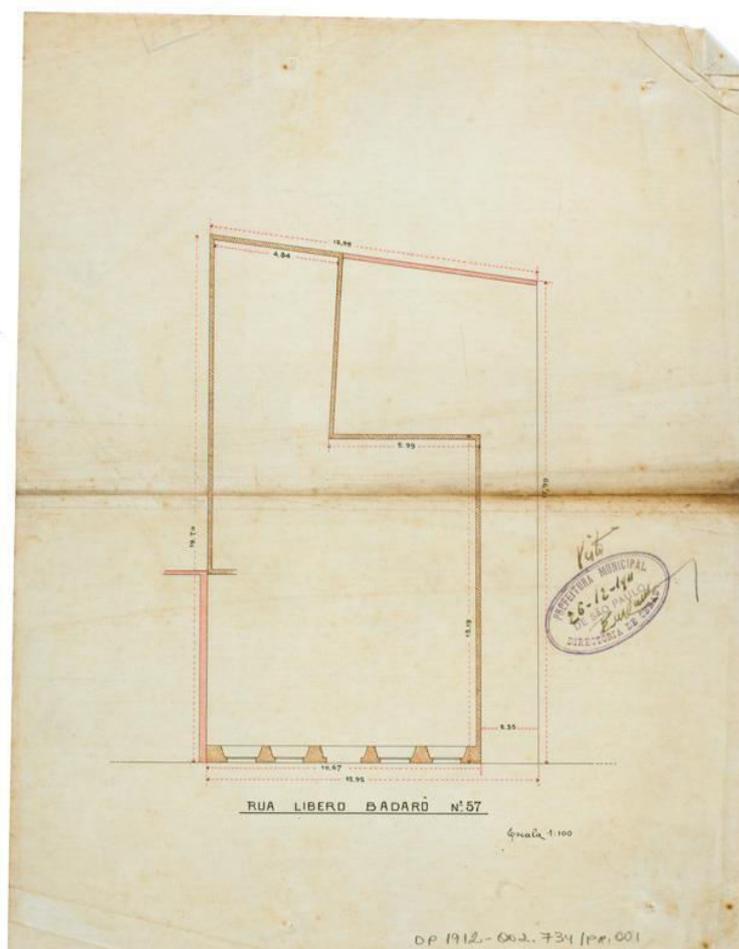


Figura 11.2: Planta da casa nº 57, no ano de 1912, de propriedade de Desidério Itapler.

Fonte: <http://www.projetosirca.com.br/sistema/verDtSite.php?coddesenho=26221>

Acesso em 10/10/2016.

Se por um lado a casa de nº 57 possui tamanho considerável, a casa de nº 4 construída no início da rua, em contrapartida, apresenta outra configuração. Tendo como interessado J. E. Peixoto, mas sendo o imóvel de propriedade de Francisco Alves de Oliveira, o requerimento de 07 de abril de 1909, quase 4 anos antes, traz em anexo uma casa pequena, térrea, com apenas 6 ou 7 cômodos. A planta não faz referência aos seus fins úteis, mas pode-se auferir, em comparação com plantas semelhantes do mesmo período, a existência de dois quartos, sala e sala de jantar, banheiro, cozinha e provavelmente dispensa. Nota-se a ausência de cozinha externa, o que nos faz a cogitar como parte interna da casa. A cozinha, mais do que os outros cômodos, nos é de especial interesse pois, como apontado pelo arquiteto Carlos Lemos, cozinhas internas no final do séc. XIX estavam diretamente relacionadas a casas de baixa renda, a saber:

[...] Carlos Lemos atento para o fato de que nas casas mais pobres a cozinha ficava dentro, esfumaçando tudo, misturada com a sala, o quarto, sem diferenciação nítida de funções; nas casas melhores, e, isto nesse período [final do séc. XIX], a cozinha ficava fora, onde ficavam os cheiros as fumaças, os animais, separadas do estar, do comer e do dormir. (LEMONS, 1978, apud OLIVEIRA, 2005, p. 359.)

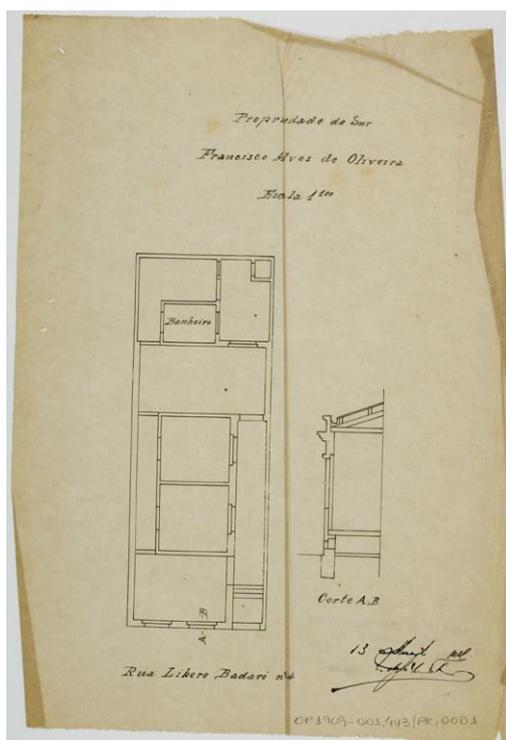


Figura 12: Planta da casa de nº 4, no ano de 1909, de propriedade de Francisco Alves de Oliveira na rua Líbero Badaró.

Fonte: http://www.projetosirca.com.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=15. Acesso em 01/10/2016.

Até aqui, se casas mais simples presentes na Líbero Badaró aparentam conviver no mesmo espaço com as de padrão médio, o mesmo não poderia ser dito da rua Formosa. A planta da casa de nº 16 (figura 14), segundo o requerimento de 21 de fevereiro de 1911, tem como interessado Manuel Asson, mas seu real proprietário é Henrique Sertório. O requerimento, intitulado "Pedido de licença para a construção de um barracão e abertura de portas no lugar de janelas", mostra um imóvel de largura pequena, mas que se estende consideravelmente dentro do terreno, onde ao fundo é possível ver a delimitação do barracão ao qual se pretende construir. Nosso foco, contudo, se restringirá a indicação "casa existente".

A planta indica a existência de uma casa de 5 cômodos (e que, após a conclusão do projeto passará a ter 6 cômodos) com estrutura muito semelhante à da casa de nº 4 da Líbero Badaró e com um padrão que se repetiria para quase todas as plantas da mesma rua.

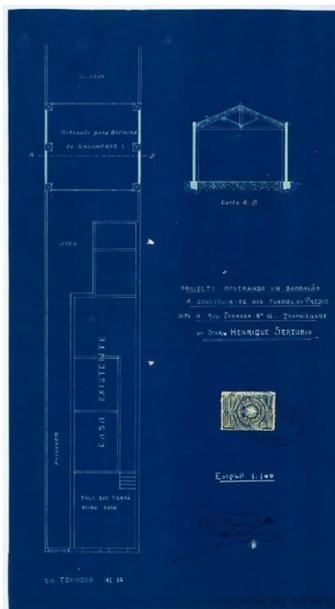


Figura 13: Planta da casa de nº 16 da rua Formosa, segundo requerimento de 21 de fevereiro de 1911, tem como interessado Manuel Asson e proprietário Henrique Sertório. Eusébio Peixoto e proprietário Joaquim Belleza.

Fonte: <http://www.projetosirca.com.br/sistema/verDtSite.php?coddesenho=21710>.

Acesso em 10/10/2016.

A definição final da identidade dos moradores da região vem com o último eixo proposto: a análise do livro de matrícula da Escola Masculina da Rua Formosa, pertencente a uma escola localizada na referida rua em atividade no ano de 1908. O livro é composto por 12 campos de preenchimento e contém a matrícula de 123 alunos. Os campos se referem a número de matrícula, número de ordem no ano, nomes, idades, naturalidade, filiação, profissão do pai, residência, época das inscrições, ano do curso, eliminação e observações. Dentre os alunos matriculados alguns chamam especial atenção, como é caso de José Garcez, 6 anos, filho de Guilherme Garcez, barbeiro. Outro aluno, Benedicto Marcondes, 7 anos, era filho de Felícia Marcondes, engomadeira. Por último, Antonyo Buono, 11 anos era filho de Januario Buono, operário. Este último, particularmente, denota especial atenção por habitar justamente a casa de n. 16 (figura 13). Em comum, todos possuem pais com profissões de baixa renda – como barbeiro, engomadeira, comerciante e operário – e habitam algum imóvel

da região do Vale, o que referenda definitivamente a hipótese da presença de pessoas pobres no local que sofrerão com a remodelação.

2	2	Yssi Garcia	20	9	1902	S. Paulo	Guilherme Garcia	Barbeiro
3	3	Benedicto Maccondes	18	2	90	Taubaté	Felicia Maccondes	Eugomusca
4	4	Manuel Fernandes	9	3	1896	S. Paulo	Manuel Fernandes	Teodoro
35	35	Antonio Buono	28	8	1897	S. Paulo	Juanari Buono	Caldeira
R. Formosa	12		3	1902	5	1902	30-4-908	Ad. 5m-2
R. Formosa	65		3	1902	3	1902		
R. Formosa	8		3	1902	3	1902	30-5-908	Ad. 6m-2
"Formosa	16		5	1908	15	1908		

Figura 14: Recorte do livro de matrícula de alunos da Escola Masculina da r. Formosa, com destaque para os alunos anteriormente mencionados.

Matricula de alunos							Da Escola Masculina da r. Formosa										
Nº de matrícula	Nº de ordem	NOMES	IDADES		Nacionalidade	FILIAÇÃO	Profissão do Pai	RESIDENCIA	EPOCAS DAS INSCRIÇÕES						ELIMINAÇÃO		OBSERVAÇÕES
			Dia	Mez					Ano	Matricula primitiva	Matricula de anno lectivo	Matricula de Curso	Eliminacao	Grades			
1	1	Yssi Garcia	20	9	1902	S. Paulo	Guilherme Garcia	Barbeiro	30-4-908	Ad. 5m-2							
3	3	Benedicto Maccondes	18	2	90	Taubaté	Felicia Maccondes	Eugomusca									
4	4	Manuel Fernandes	9	3	1896	S. Paulo	Manuel Fernandes	Teodoro									
35	35	Antonio Buono	28	8	1897	S. Paulo	Juanari Buono	Caldeira									
12		R. Formosa	3		1902				30-4-908	Ad. 5m-2							
65		R. Formosa	3		1902												
8		R. Formosa	3		1902				30-5-908	Ad. 6m-2							
16		"Formosa	5		1908												

Figura 15: Livro de matrícula de alunos da Escola Masculina da r. Formosa.

Fonte: Arquivo Público do Estado. Fundo: Secretaria de Educação. Escola Masculina da Rua Formosa. Livro de matrícula. 1908.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

Entendemos aqui, pois, esse processo como gentrificação⁷. Essa concepção, contudo, não é consenso entre os estudiosos. Para Hélène Rivière d'Arc (D'ARC, 2003), em análise das idéias de Neil Smith (SMITH, 2003), São Paulo não conheceu nem a primeira e nem a segunda fase da gentrificação⁸, tendo seu primeiro contato com uma lógica gentrificadora somente nos anos 80. Já Silvana Rubino (RUBINO, 2005), ao realizar estudos de caso sobre quatro bairros/cidades brasileiras (Pelourinho/Bahia, Bairro do Recife/Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo), afirma que o uso do conceito gentrificação pode ser utilizado no contexto brasileiro quando estrutura social e ocupação são empregados, em detrimento da espacialidade, como parâmetros para compreender as mudanças de um bairro. Dessa forma, a autora defende a utilização conjunta dos termos gentrificação e mercantilização para denominar as mudanças sociais/espaciais uma vez que, segundo ela, nem tudo relacionado a um *processes of creative destruction* deve ser visto como gentrificação. Ainda nessa linha, pontua que:

Na verdade nós podemos observar um processo ao qual devemos denominar "proto-gentrification" nas cidades brasileiras no redesenvolvimento e embelezamento urbano que foram inspirados nos programas europeus, como Haussmann em Paris, em cidades no Brasil de São Paulo ao Rio de Janeiro e Recife no início do séc. XX. (RUBINO, 2005, 227. Tradução nossa.)

⁷ Embasamos essa afirmação na comparação com o caso francês onde, como sintetiza Heitor Frúgoli Jr. (FRÚGOLI JR., 2016) a intervenção urbanizadora de Haussmann em Paris na segunda metade do séc. XIX com o sistema de bulevares (cf. BENJAMIN, 1985, BERMAN, 1986 e GIROUARD, 1985 apud FRÚGOLI JR., 2016), favorecendo a especulação imobiliária e do capital financeiro (cf. BENJAMIN, 1985 e GIROUARD, 1985 apud FRÚGOLI JR. 2016), foi construída sob a demolição dos bairros populares das chamadas "classes perigosas" com elevação de aluguéis que empurrou o proletariado para a periferia da cidade. Ainda sim, esses mesmos puderam, posteriormente, serem reabsorvidos pela lógica capitalista atuante no tecido urbano como transeuntes ou eventuais consumidores (BENJAMIN, 1985 e BERMAN, 1986 apud FRÚGOLI JR. 2016).

⁸ A primeira onda, ou a gentrificação esporádica, denota a ocupação dos espaços centrais desvalorizados no mercado imobiliário pela classe média; A segunda onda, ou a consolidação da gentrificação, a interferência do mercado imobiliário em tentar moldar uma nova centralidade urbana em uma área urbana ainda não valorizada (RANGEL, 2015).



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

Dessa forma, divergimos das idéias de Rubino ao perceber gentrificação como o único conceito capaz de matizar diversos aspectos do processo em questão: higienismo social, especulação imobiliária, remodelação espacial e elitização. Para isso, e tendo em vista os estudos acerca da história das mentalidades, consideramos as concepções de Le Goff (GOFF apud CHARTIER, 1990, p. 41), para quem a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo. Ainda nessa linha, tendo consciência das idéias de uma história da psicologia coletiva e do conceito de "mental coletivo" de A. Dupront sabemos que, como ainda coloca Chartier, as idéias apreendidas por meio da circulação das palavras que as designam, situadas nos seus enraizamentos sociais, pensadas na sua carga afectiva e emocional, tanto quanto no seu conteúdo intelectual, tornam-se assim, tal como os mitos ou os complexos de valores, uma dessas "forças colectivas pelas quais os homens vivem o seu tempo" e, portanto, uma das componentes da "psique colectiva" de uma civilização (CHARTIER, 1990, p.43). Dessa forma, tendo em vista tanto o carácter capital/cultural quanto moralizante que aqui se defende como causa do processo em questão, pontuamos que as idéias por trás do conceito de gentrificação já estariam em circulação no período, ainda que através de "termos guarda-chuva" como higienismo, remodelação, revitalização e, principalmente, progresso.

A documentação apresentada, contudo, possui falhas ao realizarmos a comparação com o caso parisiense uma vez que, seguindo as concepções de Frúgoli Jr., não é possível identificar a existência das mesmas "classes perigosas" francesas no caso paulistano. O livro de matrícula demonstra grande concentração de trabalhadores de baixa renda, como pedreiros, comerciantes e operários, mas sem que seja possível determinar uma unidade de classe. Nesse aspecto, portanto, traçamos paralelo entre outro tipo de "classe perigosa": as habitantes das que ficaram conhecidas como *ruas depravadas* (RIO, 1910 apud FONSECA, 1982); em outras palavras, as ruas que possuíam como habitantes principais as prostitutas (FONSECA, 1982). Como aponta a arquiteta Sarah Feldman, *cortiço e prostituição coabitam o mesmo universo de representação social enquanto oposição à família e ameaça a uma ordem estabelecida. E nesse sentido podem estar juntos* (FELDMAN, 1989 apud ROLNIK, 1997). Era este o caso da rua Nova de São José, que seria deslocada após as reformas urbanísticas na região (FONSECA, 1982).

Nesse quadro, essa rua se destaca por, em contraposição a rua da Esperança e aos prostíbulos do sul da Sé que atendiam aos negros, no mesmo momento em que passou a ser vista como eixo de expansão das classes abastadas era a responsável por suprir o prazer extraconjugal dos ricos (ROLNIK, 1997). Como aponta Antônio de Almeida Prado sobre a Nova de São José,



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

...a rua toda era um só prostíbulo...Mulheres dominando a rua atrás das janelas, mulheres sentadas nos corredores das casas, mulheres às portas da rua, era a oferta à vista, os convites licenciosos às escancaras. (PRADO apud BRUNO, 1981, p. 118-119)

Era na Nova de São José que se encontravam, dentre outros bordéis, o famoso Feitiço Sorocabano onde, entre as meretrizes, Rita Maria Clementina de Oliveira, a Ritinha Sorocabana, ficou famosa principalmente por atender os estudantes da recém-inaugurada Academia de Direito, futura Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que agitavam as noites de uma cidade cuja vida noturna era quase inexistente. Dentre os estudantes estavam muitos nomes conhecidos, como Álvares de Azevedo e Fagundes Varela (FONSECA, 1982). É devido ao primeiro que se conhece muito do comportamento das meretrizes da época, tendo o próprio discordado em diversos aspectos dos apontamentos de Saint-Hilaire⁹. Mas seria o segundo que manteria um caso de amor com Ritinha Sorocabana, a quem dedicaria poesias e cuja história de amor teria um final infeliz. É graças a Varela que podemos ter uma ideia de como era a famosa moradora da rua Nova de São José.

O processo de remodelação, contudo, seria efetivo para a extinção de toda aquela região. Como aponta a historiadora Maria Izilda Santos de Matos,

O processo de repressão à prostituição encontrava-se vinculada à reorganização do espaço urbano, com o deslocamento sucessivo das zonas de prostituição para locais reservados e ou mais afastados. Se no início do século XX as zonas de prostituição estavam nas ruas Líbero Badaró (perto do Hotel dos Estrangeiros, já nos anos 1920 tinha atravessado o Vale do Anhangabaú em direção ao centro novo (RAGO apud MATOS, 1991, p. 50).

⁹ O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, em passagem pela província de São Paulo na primeira metade do séc. XIX, descreve seu espanto pela grande quantidade de prostitutas que encontrara naquela província, mais do que em qualquer outra. Afirma que ao contrário do cínico despudor das prostitutas parisienses de baixa classe, as paulistanas aparentavam conservar certo pudor interior, abordando seus clientes de maneira discreta (SAINT-HILAIRE, 1976). Tal visão entraria em desacordo com o descrito por Álvares de Azevedo que, em sua obra Macário, escreve que essas mesmas *moças procuram os mancebos, que lhes batem à porta, e na rua os puxam pelo capote* (AZEVEDO, 1988).



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

O apagamento sobre o passado da rua Nova de São José atuaria de forma tão profunda que, como apontou a poetisa paulistana Isabel Vieira de Serpa e Paiva no excerto retirado de sua obra *Evocações* até mesmo o nome da rua mudaria para Libero Badaró como forma de dissociá-la do seu passado depravado e, logo, impróprio aos novos tempos: A remodelação traria um novo aspecto para a rua.

– Passe depressa, menina! Não fique aí, nessa esquina Que isso produz mal-estar!
– Mas... Por que, mamãe?! Ora esta! Porque essa rua não presta!
A gente não deve olhar! [...]
Eu assustada fugia... Rua Nova São José. [...]
Bela, grandiosa, comprida, Palpita, estua, trepida... Que diferente ficou!
Vendo-a, ninguém se lembrava
Da rua que não prestava...
Que até de nome mudou...
(SERPA E PAIVA, 1954, P. 51-52)

3. Dois pontos de cisão: o Viaduto como propulsor de mudança e o Theatro como consolidador da gentrificação

Para entender o pensamento dos moradores sobre o processo, adotamos os jornais *A Província de São Paulo* e *Correio Paulistano* como documentação chave da expressão e formação de opinião pública, compartilhamento de notícias e condução da mentalidade popular paulistana, levando em consideração, contudo, suas particularidades e limitações. Tomamos aqui como parâmetro os alertas propostos por Ana Maria de Almeida Camargo, para quem o historiador deve se atentar as armadilhas de usar o periódico como simples fonte de confirmação de uma teoria prévia, por meio do deslocamento de palavras ou frases de sua realidade ou contexto (DE LUCA, 2006, apud VIEIRA, 2013).

Eram a jornais como o *A Província de São Paulo* que esses moradores conduziam incessantes reclamações sobre as ruas do Morro do Chá, como a que figurava no jornal em 22 de julho de 1875 e 29 de julho de 1877 (figura 16 e 17), acerca da péssima situação em que o bairro se encontrava. Os pontos centrais estavam na ausência de calçamento, ausência de iluminação, presença de lixo ou animais mortos nas ruas, ausência de saneamento básico, falta de segurança pública dentre outros. As reportagens eram escritas em tom de revolta, cobrando diretamente da municipalidade obras de reparação ou ações efetivas para resolver a situação. Muitas contavam com comentários do próprio editor, que não só apoiava como instigava os moradores a reivindicar as melhorias.

Pela quarta ou quinta vez.— Estamos cansados de dirigir à municipalidade reclamações sobre a urgencia de concertar-se as cavas incommodas e perigosas que transformam em arriscado fosso a parte da **rua** do Piques entre a ponte e a **rua Formosa**.
Ha ahi quasi todos os dias carros naufragos, sustos, quedas, e a nada, entretanto, attende a municipalidade!

Figura 16: Uma das diversas reclamações que figuravam nos jornais do período. Fonte: *A Província de São Paulo*. 22-07-1875 - PÁGINA 2 - EDIÇÃO NACIONAL.

O Chá as escuras—Os moradores do novo e florescente **Morro do Chá** representaram e já obtiveram promessa de ser levada até ahi a iluminação a gaz.
Só resta uma insignificancia: a realização da promessa.
Dava para um longo artigo de fundo isto, mas contentamo-nos com estas linhas e com a declaração de que os moradores daquelle bairro continuam a illuminar-se com os lampões da esperança.

Figura 17: Em outra das constantes reclamações, critica-se a falta de iluminação. Fonte: *A Província de São Paulo*. 29-07-1877 - PÁGINA 3 - EDIÇÃO NACIONAL

A mesma notícia de 1876, contudo, acabou se tornando o primeiro de dois pontos de cisão na percepção social sobre a região do Anhangabaú e na maneira como os jornais abordariam o tema. Ao escrever que o morro do Chá *será em futuro próximo um dos mais importantes* [bairros] de São Paulo os redatores Américo de Campos e Francisco Rangel Pestana antecipavam o conteúdo da reportagem que seria publicada no mesmo jornal pouco mais de um mês depois, informando do projeto apresentado por Jules Martin a Câmara Municipal para a construção do primeiro Viaduto do Chá. A partir desse ponto, o bairro até então descrito como sujo, inabitável e inseguro passa a ser projetado gradativamente como o bairro do futuro.

Projecto de viaducto — Está nas vidraças do sr. Jules Martin um bello quadro lythographico representando o que póde ser o viaducto de que por vezes se tem fallado entre nós como o meio plausivel de ligar por meio da linha de bonds a rua Direita, isto é, o centro da cidade, ao novo e prospero bairro do morro do Chá, rua da Palha e Largo dos Curros.

Como Wagner escreve a *muzica do futuro*, assim o sr. Martin nos dá naquello quadro o *desenho do futuro*.

A ponte propriamente dita deve medir de 90 a 100 metros d' extensão, dando passagem franca aos bonds, a carroças e gente a pé.

Será um melhoramento magnifico e cedo ou tarde hade realizar-se.

Tudo depende de dinheiro e boa vontade de alguma edilidade.

Se fôra possivel desde já *inventar* uma camara municipal *do futuro*, rica de boa vontade e sobre tudo de larga receita!

DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

Figura 18: Reportagem publicada no jornal *A Província de São Paulo* acerca do projeto apresentado por Jules Martin para a construção do Viaduto do Chá.

Fonte: *A Província de São Paulo*. Ibidem. 05-10-1877 - PÁGINA 2 - EDIÇÃO NACIONAL

A posição corroborativa do jornal *A Província de São Paulo* ao projeto de Martin para a construção do viaduto continuou explicita a partir de 1878 em edições posteriores do mesmo jornal, passando este a publicar, conjuntamente às mesmas reclamações, notícias respaldando a construção do viaduto e as modificações no morro do Chá. O tom adotado na redação das notícias volta a apontar o bairro do Chá como *o bairro do futuro* em contraposição *as velhas e tristonhas edificações da nossa capital*, como é o caso da reportagem publicada em 02 de abril de 1879.

Um bairro do futuro—Devem lembrar-se muitos dos nossos leitores que em 1877 o sr. Jules Martin expoz em sua officina uma vistosa *aquarella* representando, como se já existisse, uma bella ponte de ferro ligando a rua Direita ao bairro do Morro do Chá,—projecto que desde então começou a entrar em voga com certa insistencia.

Como de novamente volta agora aquelle projecto á discussão, e com todos os visos de entrar em via de realisação, pois faz assumpto de um projecto de lei sujeito á deliberação da assembléa provincial, o sr. Jules Martin, entusiasta e artista, e sempre a phantasiar futuros embellesamentos para a cidade e provincia de que fez a sua patria adoptiva, offerece um bello e novo plano para ligar aquelles dous alludidos pontos da cidade.

Modificando a sua idéa de 1877, a ponte de ferro, apresenta-nos agora um novo quadro em que dá como ligados aquelles pontos da cidade por um grande aterro sobre o qual o desenho imagina uma larga rua entre duas alas de casas.

Figura 19: Reportagem publicada no jornal *A Província de São Paulo* referente ao projeto de Jules Martin para a construção de um viaduto, onde é possível encontrar um tom de apoio as modificações projetadas pelo arquiteto apontando os importantes avanços que elas iriam proporcionar ao morro do Chá.

Fonte: *A Província de São Paulo*. 02-04-1879 - PÁGINA 2 - EDIÇÃO NACIONAL.

O novo enfoque dado ao bairro do Chá estimularia o crescimento da especulação imobiliária na região, encarecendo terrenos e imóveis, apesar dos problemas estruturais levantados pelos seus moradores. Tal especulação seria tema de uma nota publicada no mesmo jornal, poucas semanas antes da reportagem intitulada *Um bairro do futuro*.

Valor da propriedade - Consta-nos que ultimamente foi vendido um terreno no **morro do Chá**, ao preço de 570\$000 a braça. E' preciso notar que os terrenos naquelle logar são foreiros, e ainda ha quatro annos não tinham valor quasi nenhum.

Figura 20: Reportagem do jornal *A Província de São Paulo* publicada poucas semanas antes da reportagem *Um bairro do futuro* onde se indica o aumento do valor dos imóveis no bairro do Chá.

Fonte: *A Província de São Paulo*. 07-07-1879 - PÁGINA 2 - EDIÇÃO NACIONAL.

<p>Aos srs. deputados provinciaes</p> <p>Rogamos a vv. ss. a bondade de darem um passeio pelo morro do Chá, e, depois de examinarem esse novo e populoso bairro, encravado no centro da cidade, decidirem se elle é merecedor de ter illuminação publica ou não.</p> <p>Os habitantes deste logar confiar tudo da justiça de vv. ss.</p> <p><i>Muitos moradores.</i></p>	<p>A' exma. camara municipal</p> <p>Consta que a linha dos bonds não passará na 2ª travéssa do Morro do Chá (a direcção mais conveniente), porque essa rua não está nivelada.</p> <p>Diz-se que a camara deliberou fazer esse nivelamento, mas está tão moroso o começo das obras, que de certo ficaremos privados dos bonds por tal motivo.</p> <p>Pede-se, pois, á camara se digne mandar fazer a obra quanto antes, afim de não nos privar desse melhoramento, como nos está privando do gozo da illuminação, beneficio de que já disfructam os felizes moradores da rua do barão de Itapetininga, e de que nós não gossamos por motivo do nivelamento.</p> <p><i>Os moradores.</i></p>
--	--

Figuras 21 e 22: Reportagens do jornal *A Província de São Paulo* onde se percebe que, à revelia das reclamações dos moradores originais, os problemas persistem.

Fontes: *A Província de São Paulo*. 12-03-1879 e 07-08-1879 - PÁGINA 2 - EDIÇÃO NACIONAL.

Para entender essa mudança de posicionamento, consideramos metodologicamente o levantamento bibliográfico feito por Lucas Schuab Vieira (VIEIRA, 2013) quanto à utilização da imprensa como fonte de pesquisa histórica, principalmente no que tange a leitura de Cruz & Peixoto das idéias de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto que defendem a necessidade de ver a imprensa como “uma força ativa da história do capitalismo e não como um mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas” (CRUZ & PEIXOTO, 2007 apud VIEIRA, 2013, p.2-3). Ainda nessa linha, Vieira traz as concepções de Laura Maciel de pensar a capacidade da imprensa em “delimitar espaços, demarcar temas, mobilizar opiniões e constituir adensões e consensos”, além de ser espaço muitas vezes não só



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

para discussão de interesses e projetos, mas também de articulação deles (IBIDEM, p. 3). Dessa forma, para entender os discursos presentes nessas reportagens e como se articulam com os *diferentes poderes e interesses financeiros* (VIEIRA, 2013) é necessário, antes de tudo, entender como se define a linha editorial do *A Província de São Paulo*.

Fundado em 1875 a partir de uma comissão nomeada pelo Congresso Republicado de Itu de 1874, o jornal *A Província de São Paulo* teve como principais membros de sua sociedade comanditária os fazendeiros de café do Oeste Novo Paulista¹⁰. Sob a redação de Francisco Rangel Pestana e Américo Basílio de Campos (também cafeicultores), tinha como linha editorial principal a defesa dos interesses da elite agrária, sendo favorável a República sem, contudo, em um primeiro momento, ser um porta-voz do Partido Republicano Paulista (PRP)¹¹.

Em contraposição, se o *A Província* se mostrava um apoiador direto do projeto de Martin, o mesmo não poderia era encontrado em outro jornal do período, o *Correio Paulistano*. Contrariando o *A Província*, o *Correio Paulistano* apresentou uma série de críticas ao contrato estabelecido com a municipalidade, contestando os objetivos do projeto, os ganhos que Martin teria, o que este pretendia realmente realizar (aterro ou viaduto) e solicitando de maneira enfática que a municipalidade divulgasse publicamente os termos que estava estabelecendo com Martin.

Para além das questões ligadas ao viaduto, o *Correio Paulistano* mostrou-se em alguns aspectos um direto opositor as opiniões publicadas no *A Província de São Paulo*. É preciso ter em mente que, de nascimento Liberal, o *Correio Paulistano* rapidamente se tornou conservador e um órgão de divulgação do PRP, onde alcançou sua maioria e prestígio sob o comando de oligarcas como Prudente de Moraes e Antônio Prado¹². Este último, ao chegar anos depois ao poder como primeiro prefeito de São Paulo, comandaria diretamente as obras de urbanização da capital. Logo, qualquer posicionamento acerca da remodelação no Anhangabaú feita por esses jornais passava, antes de tudo, por um conflito político entre elites discordantes. Dessa forma, política, posse de terra, renda e modernização se entrelaçavam.

¹⁰ DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. **Verbetes "Estado de S. Paulo, O"**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>. Acesso em: 17/02/2018.

¹¹ Ibidem, p. 2.

¹² DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. **Verbetes "Correio Paulistano"**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-paulistano>. Acesso em: 17/02/2018.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

Nesse ponto, a pesquisa no acervo do periódico é extremamente importante para explicitar um conflito de opiniões entre os moradores do Chá acerca das ações da municipalidade no bairro. Se à primeira vista as matérias do *A Província* assinadas como *os moradores* [do Chá] ou *muitos moradores* [do Chá] nos levava a considerar uma escrita coletiva das críticas e solicitações, esta impressão cai por terra ao analisarmos uma reportagem publicada no *Correio Paulistano* em 07 de agosto de 1879 intitulada “Á exma. Camara Municipal” pertencente a “Secção livre”.

Nela, um leitor que se identifica como morador do bairro do Chá tece críticas a reportagem publicada pelo *A Província* em 07 de setembro do mesmo ano (figura 26), mais especificamente a seu autor sobre a suposta censura que teria realizado contra a Câmara pelas obras não realizadas no morro do Chá. Para este, que igualmente se identifica como *moradores*, era necessário reconhecer a solicitude que a Câmara vinha apresentando na região, não sendo possível que ela beneficiasse todos *de uma só vez*. O grande destaque está no fato de seu autor saber exatamente qual morador havia encaminhado reclamação ao *A Província*, tecendo críticas diretas a ele (a quem se refere como “proprietário articulista” e a quem diz que *sua casa já augmentou muito de valor, e irá a mais*, mas que isso levaria o seu tempo). Ao fim, pede que este tenha paciência *como tem tido seus companheiros*, sem fazer *injustas censuras* a Câmara, antes que isso produzisse efeitos contrários ao bairro.

Nesse ponto, é preciso definir o que aqui se entende como “moradores”, uma vez que, tendo como base documental os periódicos, torna-se imprescindível contrabalancear aspectos como acessibilidade, circulação e poder de expressão. Guiando-se pelo trabalho de Stella Maris Bortoni-Ricardo; Maria da Guia Taveiro Silva; Maria do Rosário Rocha Caxangá e Marli Vieira Lins, sabemos que apesar da taxa de analfabetismo brasileira começar a cair no séc. XIX, “até 1920 o índice de analfabetismo ainda superava 2/3 de sua população, o que equivalia a 64,9% das pessoas acima de quinze anos (BORTONI-RICARDO; SILVA; CAXANGÁ; LINS, 2006, p.217). Contrastando este dado com o livro de matrícula de alunos, consideramos que, apesar da possibilidade de acesso a alfabetização das classes mais baixas, uma grande maioria não saberia ler e/ou escrever e, logo, não acessaria os jornais. Ao mesmo tempo, tomando a posse de propriedade urbana como um fator determinante para se definir o conceito de “morador”, seguimos as ideias de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno em seu trabalho de espacialização da Décima Urbana de 1809 ao apontar que desde o início do séc. XIX



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

"[...] boa parte do tecido urbano era produto da iniciativa privada e 50% das casas destinadas à renda de aluguel. Constatamos a existência de um mercado imobiliário "rentista" na São Paulo colonial [...] 81% dos prédios eram patrimônio laico, envolvendo nomes conhecidos como os dos Coronéis Luiz Antônio de Souza e Jozé Arouche de Toledo, bem como outros menos famosos de comerciantes e negociantes" (BUENO, 2005, p. 60).

Dessa forma, grande parte desses "moradores" não era proprietária de suas casas, alugando-as dos grandes proprietários da capital. Logo, o que ambos os jornais apresentam como "moradores" deve ser lido como um misto conceitual entre o indivíduo de grandes posses, letrado, com fácil acesso aos jornais; o pequeno proprietário, letrado, com acesso aos jornais e até mesmo o indivíduo letrado de baixa renda que alugava sua residência. Dificilmente passaria, contudo, pelas prostitutas das ruas Nova de São José ou São João que, apesar de comporem uma lacuna historiográfica dada a ausência de documentação consistente, dificilmente seriam em sua maioria letradas e proprietárias.

As constantes críticas do *Correio Paulistano* destinadas a Martin cessariam após o arquiteto enviar explicações detalhadas e oferecer material relativos ao projeto aos editores do jornal. A tensão acerca do tema, contudo, ainda estava presente. Não foram poucas às vezes em que se publicaram, por meio do *A província*, matérias questionando a demora da municipalidade nas reformas, além de reportagens extremamente irônicas direcionadas aos saudosistas que resistiam às mudanças que os novos projetos traziam a cidade. Em um excerto de 1880, por exemplo, o jornal rejeita os projetos já apresentados e incita os moradores da região do Chá a realizarem uma subscrição popular, seja doando valores ou apresentando uma proposta com a justificativa de que, antes de todos, eles seriam os primeiros beneficiados com a obra e que seus imóveis consequentemente se valorizariam. A matéria é assinada por "O progresso", endossando a posição (e a pressão) do jornal. Já em outro, datado de 16 de abril de 1886, o jornal criticava aqueles que eram fatalmente contra o progresso que se instalava, lutando ativamente contra e preferindo *as antigas rótulas e as grotescas abas dos velhos pardieiros da legendária paulicéia*.

SECÇÃO LIVRE

A' exma. Camara Municipal

Com esta epigraphe vem na *Provincia* de 5 um artigo assignado — Os moradores — em que um conhecido proprietario da rua do Barão de Itapetininga no morro do Chá dirige censuras á camara municipal porque a 2ª travessa desse morro, não está nivelada, motivo a que attribue não paeer por alli a linha de bonda.

Depois da censura faz o mesmo proprietario um pedido.

Não queremos contestar ao tal sr. o direito de escrever o que lhe apraz, mas não podemos deixar de observar que não lhe cabia censurar a camara porque até tem feito demais.

Não é o morro do Chá o ponto unico a que tem de attender a municipalidade, e esta não dispõe de meios para beneficiar todos de uma só vez.

Sollicitude tem elle mostrado, e não haverá quem decentemente de boa fé conteste.

Alli mesmo, nesse lugar tão querido pelo proprietario articulista está a prova na sua rua.

Quanto ás travessas, a camara já mandou dar-lhe o nivelamento tanto que já estão se assentando os tubos do encanamento de gaz na 1ª.

Todo tem seu tempo.

Não desespero o proprietario que assignou os moradores; a sua casa já augmentou muito de valor e irá a mais; o que não pôde é querer que a coisa vá a vapor.

Tenha alguma paciencia como tem tido os seus companheiros, e não continue a fazer injustas censuras que podem até produzir resultado opposto ao que desejam para aquella lindo bairro seus

Moradores.

MORRO DO CHÁ

A folha official noticiou hontem que foi firmado entre a presidencia da provincia e o sr. Jules Martin um contracto para os trabalhos do *atterro* que deve ligar a rua Direita á rua do Barão de Itapetininga.

A lei n. 48 do corrente anno auctorisa a presidencia da provincia a contractar a construcção de um *viaducto*, e *atterro* é cousa muito differente de *viaducto*.

O caso necessita explicações, porque a ter sido redigido o contracto conforme diz a *Tribuna*, o sr. Laurindo foi além da auctorisação da lei provincial.

Outro ponto que necessita igualmente explicação é qual a vantagem pelo contracto ao sr. Jules Martin; a lei provincial redigida com o mesmo talento de que deram tantas provas os srs. deputados provinciaes, esqueceu-se disso e portanto não pôde a presidencia conceder nenhuma remuneração ao contractante, porque não lhe deu a lei auctorisação para isso.

Os §§ do art. 2.º explicativos do art. 1.º declaram apenas que no contracto serão determinados o maximo praso para começo e conclusão das obras, o direito do contractante para as precisas desapropriações de conformidade com as leis vigentes, a área maxima que deve fazer objecto das ditas desapropriações, finalmente a duração do privilegio.

Vê-se portanto que o sr. Laurindo não pôde fazer concessão alguma remunerativa ao sr. Martin.

Figuras 23 e 24: Reportagens do jornal *Correio Paulistano* com criticas de um morador a outro que cobrava por mais obras na sua rua e outro com críticas do jornal ao contrato estabelecido pela municipalidade com Jules Martin.

Fonte: *Correio Paulistano*. Edição de 07-08-1879 e edição de 28-11-1880.

Viaducto do **Chá**

Sou natural da judéa, e desde moço habituei-me a procurar no pó dos cartorios o segredo de fazer ouro:

O meu nome—E.(!)—máus—é uma satyra pungente lançada á face dos meus bemfeitores ; mas, que posso eu fazer, se desde a mocidade odeio fatalmente ao progresso desta terra, onde fiz-me alchimista ?

Tenho verdadeiramente saudades das antigas rotulas e das grotescas abas dos velhos pardieiros da legendaria paulicéa !

Tudo tem sido mudado pelo implacável progresso que ainda não satisfeito de tudo que ha feito, quer ainda melhorar a paulicéa com um—viaducto—que eu dispenso, e heide gritar por todas as fórmãs contra similhante melhoramento, porque, no fim das contas... etc e tal, a coisa hade pin-gar.

Até amanhã.

Emaus.

Morro do Chá

NOVO PLANO

Inuteis e dispendiosos parecem os projectos apresentados para a factura de um viaducto, que ligue a rua Direita com o **Morro do Chá**:

A idéa que deve vigorar é a de uma subscrição popular, unida ao concurso dos cofres publicos.

E' de suppôr que raros proprietarios, dos que possuem prédios ou terrenos na área comprehendida entre a rua Direita até á rua do Paraizô e suas margens, deixem de concorrer com valiosos donativos para uma obra que lhes trará crescido augmento no valor de suas propriedades.

Portanto uma subscrição popular entre esses proprietarios, junto ao concurso da municipalidade e auxilios dos cofres provinciaes realizarão essa obra que, reduzida simplesmente a um viaducto,—custará preço diminuto, embellezará a capital, aproximará do centro aquelle bairro e abrirá uma nova via de respiração para toda a cidade.

Parece que este plano é o que convém realizar-se e á testa delle deve apresentar-se um paulista dedicado que se interesse pelo progresso da capital—que, com semelhante melhoramento entrará sem duvida em uma nova vida.

Avante! Que se encha de coragem e colloque-se á frente da empresa aquelle que quizer, promovendo um importante beneficio publico, perpetuar o seu nome na memoria de todos os paulistas.

O Progresso.

Figuras 25 e 26: Reportagens do jornal *A Província de São Paulo*. Na primeira, é possível perceber a matéria assinada como *O progresso*. Na segunda, o tom adotado é satírico, criticando aqueles moradores que tentavam resistir as mudanças da remodelação.

Fonte: *A província de São Paulo*. 18-03-1880 e 16-04-1886 - PÁGINA 2 - EDIÇÃO NACIONAL.

Apesar disso, a resistência de alguns moradores à instalação do viaduto e à desapropriação de seus terrenos fica claramente exposta em matéria publicada no dia 06 de dezembro de 1886. Nela, os moradores afirmam categoricamente não terem entrado em acordo com o concessionário, estando dispostos a manterem intactos seus terrenos utilizando-se de todos os meios possíveis. Não foi encontrado, contudo, qual fim teve o impasse. Após a inauguração do viaduto em 1897, a chegada do séc. XX é marcada por uma quase completa ausência de reclamações dos moradores no *A província*. As notícias sobre o bairro passam a se concentrar, além das constantes reportagens em defesa da remodelação, em acontecimentos do dia a dia como roubos, perdas e suicídios.

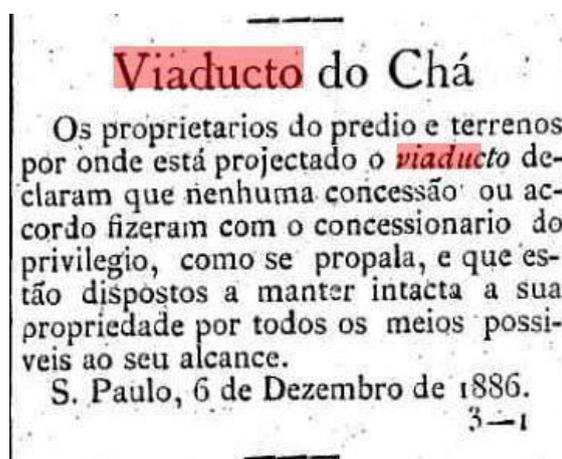


Figura 27: Em matéria para o *A província de São Paulo*, moradores dos terrenos desapropriados no morro do Chá apresentam resistência para deixarem suas casas.

Fonte: *A Província de São Paulo*. 07-12-1886 - PÁGINA 1 - EDIÇÃO NACIONAL.

O fato nos faz retornar a definição do conceito de “moradores” e a composição/posição editorial do *A Província*. Tendo em mente a presença dos grandes cafeicultores e donos de terras urbanas no comando dos jornais e da política na capital, dificilmente seriam eles que perderiam com a remodelação. O que os periódicos aparentam nos mostrar, portanto, é uma tensão constante entre pequenos e grandes proprietários letrados da região sobre as desapropriações da capital e os ganhos e perdas de cada um sobre o processo. Ao mesmo tempo, a remodelação significaria o primeiro passo para uma convivência selecionada. Como pontua Fraya Frehse, a rua que antes era tida como “zonas de confraternização entre os extremos sociais” consolidada na cidade dos oitocentos (FREHSE, 2011, p.28) passa, na sua leitura das idéias de Ana Lúcia Duarte Lanna, a ser “um espaço submetido a ‘privatização,



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

esvaziamento e exclusão social', com a 'consolidação do mundo capitalista no país'(LANNA, 1996, p. 113 apud FREHSE, 2011, p.30). Frehse continua através da leitura das idéias de Raquel Rolnik, que pontua que a capital "ingressa no século XX marcada por 'um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa'" (ROLNIK, 1997, p.28 apud FREHSE, 2011, p. 30). Dessa forma, na disputa entre proprietários, não há espaço nos jornais para o que tomamos anteriormente como a "classe perigosa", uma vez que, como já apontado da leitura de Rolnik das ideias de Feldman, as prostitutas compunham uma *oposição à família e ameaça a uma ordem estabelecida* (FELDMAN, 1989 apud ROLNIK, 1997) que não deveriam ter voz.

Com as obras para o lançamento do futuro Theatro Municipal (inaugurado em 1911) no Morro do Chá, alcançamos o segundo de dois pontos de cisão acerca da percepção social sobre a região do Anhangabaú e na maneira como os jornais abordariam o tema. Se na primeira o Chá passou de um bairro pobre, sujo e inseguro para um investimento em potencial, na segunda estava na hora de colher os frutos desse investimento: de transformar o Chá num local aprazível, movimentado, higiênico; de atrair a elite para ele, de remodelar, de criar um espaço de sociabilidade seletivo, *diferenciado*. Essa intenção, ou nas palavras do *A província* em reportagem de 25 de janeiro de 1910, *este sonho*, já era abordado com certa naturalidade seja nos jornais, nos relatórios do prefeito a Câmara ou até mesmo pela cidade. A lógica capitalista do progresso perverso, aquele que deveria passar por cima de tudo e todos em nome de um ganho maior, poderia ser encontrada por toda a cidade.



Figura 28: Excerto de matéria publicada no *A Província* onde o redator pede que os paulistanos sonhem com a grande metrópole que São Paulo se tornaria.

Fonte: *A província de São Paulo*. 25-01-1910 - PÁGINA 1 - EDIÇÃO NACIONAL. Excerto.

O “sonho”, contudo, não era alimentado sem razão. Em 04 de janeiro de 1911, apenas alguns meses antes da finalização e abertura do Teatro Municipal, o plano de melhoramentos da prefeitura para toda a região do valle já havia sido divulgado pelo *A Província*. Dois meses após a divulgação, o mesmo jornal já anunciava que se encontrava em poder do Fiscal da Fazenda do Estado a minuta da escritura de compra dos terrenos necessários para o Parque Anhangabaú. A partir dessa data, as reclamações enviadas pelos moradores ao jornal praticamente desaparecem, mas, em contrapartida, o apoio ao parque Anhangabaú ganha presença. A remodelação do Chá estava completa, as chácaras não existiam mais, os cortiços da Formosa estavam demolidos e com eles todos os problemas cotidianamente relatados nos jornais relativos a insalubridade, roubos, falta de calçamento, doenças e a visão desagradável do fundo das casas para o Vale. O comércio começava a aflorar e, anos mais tarde alcançaria seu ápice com a transferência das Casas Mappin para a esquina do Teatro Municipal. Dessa forma, a partir da construção do Parque, um novo Anhangabaú poderia surgir.

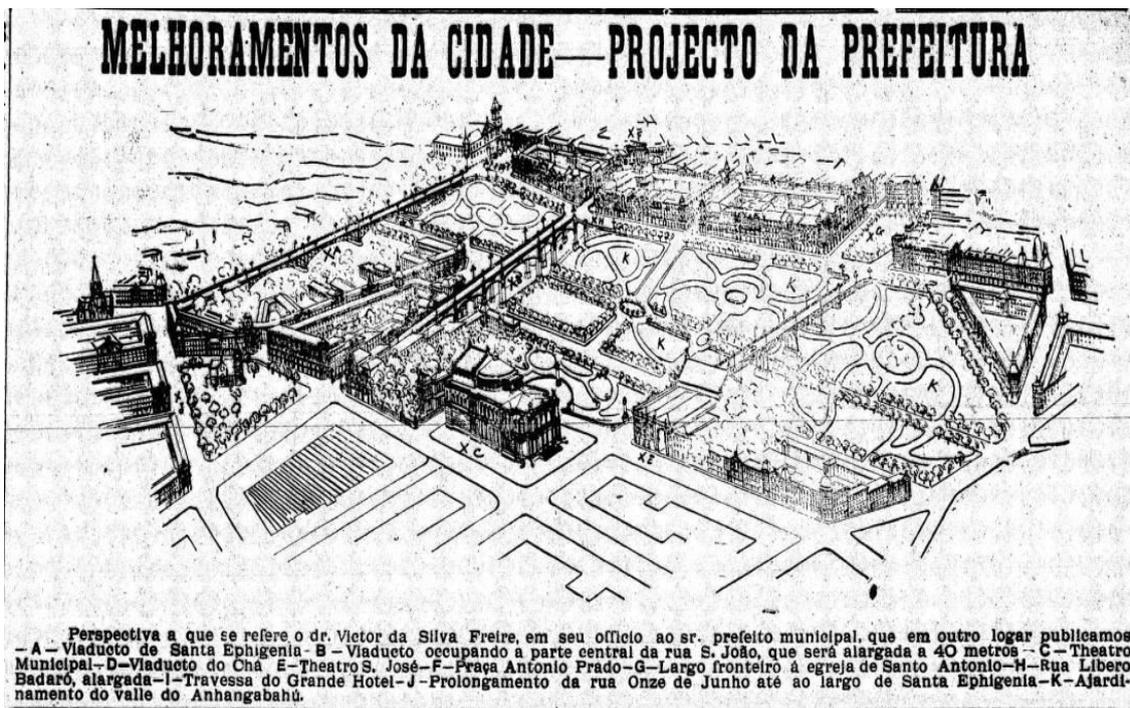


Figura 29: Projeto de melhoramentos da cidade realizado pela prefeitura e publicado n'Á Província.

Fonte: *A Província de São Paulo*. 04-01-1911 - PÁGINA 3 - EDIÇÃO NACIONAL

★

Já se acha em poder do sr. procurador fiscal da Fazenda do Estado a minuta da escriptura de compra dos terrenos necessarios aos melhoramentos projectados na **rua Lihero Badaró, rua Formosa e valle do Anhangabahu**.

Essa escriptura, que devia ser lavrada hontem, não o foi, por faltarem ainda algumas formalidades.

★

Figura 30: Notícia da compra dos terrenos necessários para a realização do Parque Anhangabaú.

Fonte: *A província de São Paulo*. 04-03-1911 - PÁGINA 4 - EDIÇÃO NACIONAL

4. Conclusão: percebendo os silêncios

Ao final desse percurso, retomamos as ideias norteadoras de Atkinson e Bridge acerca



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

do conceito de gentrificação como sendo, no nível do bairro, um processo de colonização das classes mais privilegiadas sob os residentes pobres e vulneráveis para fazer um balanço. Se no início do processo, para as classes altas, a constituição de um mercado imobiliário "rentista" visando atingir as classes intermediárias aparentava ser um negócio lucrativo, em longo prazo, a remodelação mostraria que as ambições políticas, a valorização imobiliária e os interesses capitalistas sobre os terrenos urbanos se tornariam uma contraproposta mais valiosa.

Não obstante, aquém da discussão encontrada nos jornais entre proprietários e não-proprietários letrados, é necessário ler os silêncios deixados pelas documentações apresentadas, percebendo as prostitutas da rua Nova se São José e Ladeira de São João como as reais afetadas pelas remodelações urbanas. Seriam elas as maiores prejudicadas nos pormenores desse processo de "colonização urbana" uma vez que, se antes eram as responsáveis pelo prazer extraconjugal dos ricos e fonte de renda indireta proveniente dos aluguéis dos imóveis onde se encontravam os bordéis, durante o processo foram descartadas das discussões e expulsas para os extremos das cidades e para os guetos (FONSECA, 1982).

Esse descarte se ligaria diretamente a tentativa de aproximar São Paulo do modo de vida dos grandes centros mundiais, o que perpassava uma sociedade que mostrasse certo requinte e educação moral, valores incompatíveis com a depravação dessas ruas. Tal movimento, contudo, não deve ser entendido como uma purificação moral dos homens da elite paulistana, que continuaram a frequentar os bordéis, mas, dessa vez, com uma linha divisória bem estabelecida entre os espaços da família tradicional burguesa e o espaço das mulheres transviadas e "depravadas sociais".

Contudo, as idéias de Raquel Rolnik, onde a capital paulistana "ingressa no século XX marcada por 'um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa'" seria obtido em partes. Como já apontado por Benjamin e Berman para o caso parisiense, após as demolições, as "classes perigosas" puderam, posteriormente, ser reabsorvidas pela lógica capitalista atuante no tecido urbano como transeuntes ou eventuais consumidores, de forma que "a relação simbiótica entre espaços comerciais e públicos e sua apropriação privada mediante consumo se [tornaria] fundamental. O espetáculo da mercadoria passou a atravessar a divisão entre público e privado, e efetivamente dominou e unificou os dois" (HARVEY, 2003, p. 291).

Tal pensamento poderia ser facilmente visto na nova disposição ocupacional do Vale, que de habitação foi tomada pelo comércio. Não qualquer comércio, contudo, mas sim um comércio selecionado. Como destaca Heloísa Barbuy, a região seria tomada por "importadoras, das casas de moda, de vinhos, de materiais de construção, e dos hotéis de porte, a isso correspondendo novas conformações arquitetônicas e urbanísticas" (BARBUY, 2006, P.28). O



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

Vale se tornaria o novo espaço de sociabilidade da capital, despertando desejos de consumo e destaque social. Dessa forma, se não consumidoras, as classes mais pobres que habitaram um dia a região poderiam ser reabsorvidas na lógica capitalista da cidade, passando de antigas moradoras do bairro para simples transeuntes. E com isso, a gentrificação estava completa.

5. Referências

ATKINSON, Rowland (ed). BRIDGE, Gary (ed). Introduction. In: **Gentrification in a global context: the new urban colonialism**. London, Routledge, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. **Raízes sociolingüísticas do analfabetismo no Brasil**. Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 215-234, aug. 2008.

BARBUY, Heloisa. **A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914**. São Paulo: EDUSP, 2006.

BECHERINI, Aurélio. FERNANDES JUNIOR, Rubens. GARCIA, Angela C. MARTINS, José de Souza. **Aurélio Becherini**. São Paulo, Cosac & Naify, 2009.

BOURDIN, Alain. Gentrification: un "concept" à déconstruire. **Espaces et sociétés**, 2008/1, nº 132-133, p. 23-37.

BRUNO, Ernani Silva; RODRIGUES, José Wash (il). **Três aspectos do policiamento no século dezenove em São Paulo**. São Paulo, Tip. do Departamento de Investigações, 1949.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 59-97, jun. 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1990.

D'ARC, Hélène Rivière. Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo. In: BIDOU, Catherine (coord). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1982.

FREHSE, Fraya. **Ô da rua!**: O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2011.

FRÚGOLI JR. Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, EDUSP, 2006.

GAENSLY, Guilherme. KOSSOY, Boris (text). **Guilherme Gaensly**. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

GLASS, Ruth. **London**: aspects of changes. London: MacGibbon & Kee, 1964.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Paris**: capital da modernidade. São Paulo, Boitempo, 2015.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900. DIAS, Maria Odila Leite da Silva (pref). São Paulo, Alameda, 2005.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. **Gentrificação**: Espetacularização e distinção. 2015. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

RUBINO, Silvana. A curious blend? City, revitalisation, gentrification and commodification in Brazil. In: ATKINSON, Rowland (ed). BRIDGE, Gary (ed). **Gentrification in a global context: the new urban colonialism**. London, Routledge, 2005.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA E PAIVA, Isabel Vieira de. **Evocação**. São Paulo, Graf Sao Jose, 1954



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650388

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier:** Gentrification and the Revanchist City. London: Routledge, 1996.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUE, Catherine (coord). **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo, Annablume, 2003. P. 59-88.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História:** Teoria e Método. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>. Acesso em 21/02/18.